

MULTAS ANTT O QUE FAZER?



Dra. GIL MENEZES – Assessora Jurídica NTC&Logística

01

BASE LEGAL

- ❖ **LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999** - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta... **A Lei de Processo Administrativo.**
- ❖ **LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001**, criou a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes... **(Lei da ANTT, da ANTAQ e do DNIT).**
- ❖ **LEI Nº 11.442, DE 5 DE JANEIRO DE 2007**, dispõe sobre o Transporte Rodoviário de Cargas - TRC realizado em vias públicas, no território nacional, por conta de terceiros e mediante remuneração. **(Lei da atividade do TRC).**
- ❖ **LEI Nº 10.209, DE 23 DE MARÇO DE 2001**, institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário. **(Lei do Vale Pedágio Obrigatório)**
- ❖ **LEI Nº 13.103, DE 2 DE MARÇO DE 2015**, dispõe sobre o exercício da profissão de motorista, altera a CLT, o CTB a Lei 11.442/07, a Lei 7.408/85. **(Lei do Motorista).**
- ❖ **LEI Nº 13.703, DE 8 DE AGOSTO DE 2018**, institui a Política Nacional de Pisos Mínimos no TRC. **(Lei da Tabela de Frete Mínimo).**



02

FISCALIZAÇÃO ANTT REGULAMENTOS NO TRC

RNTRC

- ❖ **RESOLUÇÃO Nº 5.982, DE 23 DE JUNHO DE 2022**, regulamenta o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas.
- ❑ Obriga a inscrição e a manutenção Transportador para o exercício da atividade de TRC para terceiros e mediante remuneração nas categorias:
 - Transportador Autônomo de Cargas - TAC;
 - Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas - ETC; e
 - Cooperativa de Transporte Rodoviário de Cargas - CTC.
- Revalidação finalizada em 22/03/2024
- ❑ **Infrações:**

Contratar transportador s/RNTRC	R\$ 3.000,00
Obstruir ou dificultar a fiscalização	R\$ 6.000,00
Realizar o TRC com placa cinza	R\$ 1.500,00
Não atualizar o RNTRC	R\$ 750,00
Sem inscrição ou pendencia	R\$ 3.000,00

VALE PEDÁGIO OBRIGATÓRIO

Regulamentado pela RESOLUÇÃO Nº 6.024, DE 03 DE AGOSTO DE 2023.

- ❑ Obrigação do Contratante
- ❑ Antecipação pelos meios homologados pela ANTT (TAG's)
- ❑ Deve constar no documento de transporte (DT-e/MDF-e)
- ❑ Não deve compor o valor do frete
- ❑ Fornecedores devem prever o pagamento via PIX
- ❑ Sistema Free-Flow devem se adaptar
- ❑ **Infração:** o contratante (Embarcador/ETC) que não antecipar – **R\$ 3.000,00** por viagem
- ❑ Prazo de Notificação 30 dias (Lei 10.209/01 – art. 5º, 2º) – Lei 14.206/21 do DT-e.

PAGAMENTO ELETRÔNICO DE FRETE (CIOT)

- ❖ **RESOLUÇÃO Nº 5.862 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019** – Regulamenta CIOT para o Transportador Autônomo de Cargas e Equiparados.
- ❑ Cria o CIOT - Código Identificador da Operação de Transporte, código numérico obtido por meio do cadastramento da Operação de Transporte nos sistemas específicos
- ❑ Define a figura do TAC-equiparado: as Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas que possuírem até 03 veículos automotores de carga no RNTRC
- ❑ Define a figura da IPEF - Instituição de Pagamento Eletrônico de Frete que realiza pagamento eletrônico de frete, geradoras do CIOT
- ❑ Veda o uso da “Carta Frete”
- ❑ **Infrações:**
 - Deixar de cadastrar a Operação de Transporte: **R\$5.000,00**
 - Deixar de cadastrar o CIOT no MDF-e **R\$ 550,00**

TABELA FRETE MÍNIMO

RESOLUÇÃO Nº 5.867, DE 14 DE JANEIRO DE 2020, estabelece a metodologia e publica a tabela com preços mínimos.

- ❑ A ANTT poderá utilizar-se do documento que caracteriza a operação de transporte, de documentos fiscais e das informações na geração do CIOT para comprovação da infração. (MDF-e/CT-e)
- ❑ A PNPMF se **aplica-se apenas** às operações de **carga lotação**, aquelas operações que ocupam a totalidade da capacidade de carga do veículo.
- ❑ Define carga lotação como serviço de transporte com um **único contrato de transporte**, envolvendo um único contratante da totalidade da capacidade de carga da composição veicular, entre um par origem e destino e acobertado por **um único CT-e ou NF-e**.
- ❑ **Infração:** Contratar abaixo do piso mínimo: multa no valor de 2X a diferença entre o valor pago e o devido, **mínimo de R\$ 550,00 e ao máximo de R\$ 10.500,00**.

TRANSPORTE INTERNACIONAL – TRIC/OTM

- ❖ **Decreto nº 99.704/90**, dispõe sobre a execução no Brasil do Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre (ATIT), entre o Brasil, a Argentina, a Bolívia, o Chile, o Paraguai, o Peru e o Uruguai.
- ❑ Resolução nº 6.038, de 8 de fevereiro de 2024, dispõe sobre o transporte rodoviário internacional de cargas e dá outras providências
- ❑ Portaria nº 6, de 1º de março de 2024, define procedimentos operacionais de requerimentos de habilitação referentes ao Transporte Rodoviário Internacional de Cargas - TRIC e à atividade de Operador de Transporte Multimodal - OTM, no âmbito da SUROC/ANTT.
- ❑ **Infração:** art. 51 da resolução define que a aplicação de medida disciplinar prevista nos Acordos Internacionais, cujo valores são em dólar.

TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS

- ❖ **DECRETO Nº 96.044/88**, aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos e dá outras providências.
- ❑ **RESOLUÇÃO Nº 5.998/2022**, que atualiza o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, aprova suas Instruções Complementares, e dá outras providências.

Infração:

Art. 42. As infrações classificam-se, de acordo com a sua gravidade, em 4 (quatro) grupos:

- I - Primeiro Grupo: punidas com multa no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais);
- II - Segundo Grupo: punidas com multa no valor de R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais);
- III - Terceiro Grupo: punidas com multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais);
- IV - Quarto Grupo: punidas com multa no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais);

§ 1º Na reincidência de infrações com idêntica tipificação, no prazo de 12 (doze) meses, a contar do trânsito em julgado da primeira infração cometida, a multa deverá ser aplicada com acréscimo de 25% em relação aos valores estabelecidos neste Artigo.



03

FISCALIZAÇÃO ANTT NO ÂMBITO NO CTB

MULTAS DE EXCESSO DE PESO

- ❖ A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (INSTITUI O CTB)
- ❖ RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 882/ 2021 (LIMITES DE PESOS E DIMENSÕES)
- ❖ RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 900/2022 (PRAZO PARA DEFESA E RECURSO)
- ❖ RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 918/2022 (PROCEDIMENTOS PARA A APLICAÇÃO DAS MULTAS POR INFRAÇÕES)
- ❖ PORTARIA DENATRAN Nº 354/2022 (ESTABELECE OS CAMPOS E INFORMAÇÕES MÍNIMAS QUE DEVEM COMPOR O AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO).
- ❖ PORTARIA DENATRAN Nº 268/2022 (HOMOLOGA OS VEÍCULOS E AS COMBINAÇÕES DE VEÍCULOS E SEUS LIMITES DE PESOS E DIMENSÕES).

MULTAS POR TRANSITAR COM EXCESSO DE PESO

O artigo 281 do CTB estabelece a consistência do auto de infração e aplica a penalidade cabível.

Art. 281. A autoridade de trânsito, na esfera da competência estabelecida neste Código e dentro de sua circunscrição, julgará a **consistência do auto de infração** e aplicará a penalidade cabível.

§ 1º O auto de infração será arquivado e seu registro julgado insubsistente:

I - se considerado inconsistente ou irregular;

II - se, **no prazo máximo de 30 dias, não for expedida a notificação da autuação.**

O ARTIGO 231, V DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (CTB) (Trata da infração de transitar com um veículo com excesso de peso)

Infração: Transitar com um veículo com excesso de peso, por eixo

Exceder a capacidade máxima de tração

Penalidade: Multa acrescida a cada 200 kg ou fração de excesso de peso apurado
Retenção do veículo e transbordo da carga excedente

Cálculo da Multa: A cada 200 kg ou fração de excesso de peso apurado, são somados os seguintes valores:

Até 600 kg	R\$ 5,32
De 601 a 800 kg	R\$ 10,64
De 801 a 1.000 kg	R\$ 21,28
De 1.001 a 3.000 kg	R\$ 31,92
De 3.001 a 5.000 kg	R\$ 42,56
Acima de 5.001 kg	R\$ 53,20



04

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO - ANTT

RESOLUÇÃO Nº 5.083/2016, disciplina o processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas que infrinjam a legislação de transportes terrestres e os deveres estabelecidos nos editais de licitações, nos contratos de concessão, de permissão e de arrendamento e nos termos de outorga de autorização.

PRAZOS E PROCEDIMENTOS

Art. 26. O Auto de Infração será lavrado mediante a verificação da prática de infração, **no curso de qualquer ato** ou procedimento administrativo.

§1º Deve ser lavrado um Auto de Infração para cada infração constatada, **exceto quando as infrações tiverem o mesmo fato gerador.**

...

Art. 30. O infrator será comunicado da infração por meio da **Notificação de Autuação.**

Art. 41. A defesa deve ser apresentada por escrito, instruída com os documentos em que se fundamentar e firmada pelo interessado, por seu **representante legal ou por mandatário**, na sede da ANTT ou em suas Unidades Regionais.

§1º O prazo para apresentação da defesa começa a fluir a partir do recebimento da notificação.

Art. 42. Ressalvada disposição legal específica, o **prazo para defesa será de 30 (trinta) dias**, improrrogável, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado.

...

Art. 56. A decisão, devidamente fundamentada, **será proferida no prazo de 30 (trinta) dias**, prorrogável por igual período, em caso de justificada necessidade.

Art. 57. **Da decisão cabe recurso**, em face de razões de legalidade e de mérito, a ser interposto, salvo disposição legal ou contratual específica, **no prazo de 10 (dez) dias**, contados da data em que o interessado for intimado.

...

Art. 60. **O recurso será julgado no prazo de 30 (trinta) dias** contados do recebimento dos autos pelo órgão ou autoridade competente para o julgamento, prorrogável por igual período em caso de justificada necessidade.

Art. 61. O **recurso não será conhecido** quando interposto:

I - **fora do prazo**;

II - perante órgão ou autoridade incompetente;

III - por quem não tenha legitimidade para tanto; ou

IV - contra decisão de que não caiba recurso na esfera administrativa.

Art. 70. **Prescreve em 5 (cinco) anos a ação punitiva da ANTT**, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

§1º Incide a **prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de 3 (três) anos**, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação.

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE!!!

PRAZOS PARA DEFESA E RECURSO

...

Art. 83. Recebido o Auto de Infração, a unidade organizacional definida pelas Superintendências de Processos Organizacionais notificará o infrator ou o representante legal da sociedade empresária.

§1º Notificado o infrator, começa a fluir o prazo para defesa, **que será de 30 (trinta) dias**, improrrogável, salvo motivo de força maior devidamente justificado.

...

§3º A defesa deverá ser apresentada para cada Processo Administrativo Simplificado, acompanhada de cópia do **Contrato ou Estatuto Social** ou da Última Alteração Contratual, quando o signatário for o representante legal da sociedade empresária, ou por meio de **procuração outorgando** poderes expressos e documento de identificação pessoal do signatário.

§3º Interrompe-se a prescrição:

- I - pela notificação da parte interessada, **inclusive por meio de edital;**
- II - por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato;
- III - pela decisão condenatória recorrível; ou
- IV - por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da administração pública federal.

Art. 84. Apresentada ou não a defesa, o Gerente responsável pelo processo decidirá, motivadamente, aplicando penalidade ou determinando o arquivamento do processo.

...

§3º O prazo para pagamento de multa é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da respectiva notificação.

Art. 85. Da decisão de que trata o art. 84 cabe recurso ao Superintendente no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da data da ciência pelo infrator.

...

§4º Sobre a multa vencida e **não paga serão acrescidos juros e multa de mora**, calculadas nos termos e na forma da legislação aplicável aos tributos federais, conforme previsto no art. 37-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

Art. 86 Será concedido **desconto de 30% (trinta por cento) ao valor da multa**, na hipótese de pagamento antecipado, o que caracteriza aceitação da **decisão pela aplicação da penalidade e renúncia tácita ao direito de interposição de recurso**.

PARCELAMENTO DE DÉBITOS

- ❖ **RESOLUÇÃO ANTT Nº 5.830/2018**, dispõe sobre o parcelamento de débitos não inscritos em Dívida Ativa, de multas aplicadas pela ANTT.
- ❑ Autorizar o parcelamento administrativo dos débitos não inscritos em Dívida Ativa, de multas aplicadas pela ANTT, em até 60 prestações mensais e sucessivas.
- ❑ O parcelamento dos débitos inscritos na Dívida Ativa da ANTT segue as regras Procuradoria-Geral Federal - PGF.
- ❑ **O parcelamento de débitos referentes a multas do CTB, obedece a regulamentação própria do CONTRAN.**
- ❑ Se aplica à Pessoas Físicas e Jurídicas
- ❑ O pedido de parcelamento constitui **confissão extrajudicial** irretratável e irrevogável dos débitos, sendo instrumento para inscrição do crédito no CADIN e na Dívida Ativa.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (DIRETOR GERAL)
GERÊNCIA DE PROCESSAMENTO E COBRANÇA DE AUTO DE INFRAÇÃO

DECISÃO DE CANCELAMENTO

PROCESSO: 50501.165735/2024-91
INTERESSADO(A): [REDACTED]
ASSUNTO: Decisão de Cancelamento - EPSMA00199332024

Acolho às razões expendidas e decido pelo cancelamento do Auto de Infração em epígrafe e o consequente arquivamento do processo, nos termos da Lei nº 9.503/97.

Após a análise do processo, foi constatado o decurso do prazo para expedição da notificação da infração, uma vez que esta não foi expedida no prazo de 30 dias, conforme o Artigo 281, Parágrafo primeiro, Inciso II, do CTB.

Dessa forma, tendo em vista a irregularidade apontada, determino que seja anulado e declarado inconsistente o auto de infração em epígrafe, com fulcro no supracitado artigo 281 do CTB, bem como no

Súmula 473 do STF que dita que: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vício que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

BRASILIA, 13 de novembro de 2024

ROSE MARRI DE PAULA TEIXEIRA
GERENTE DE PROCESSAMENTO E COBRANÇA DE AUTOS DE INFRAÇÃO - GEAUT/SUDEG/ANTT

Súmula nº 473 do STF

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

O artigo 53 da Lei 9.784/99

Define que a Administração Pública pode anular atos administrativos que tenham vício De legalidade. Também pode revogá-los por conveniência ou oportunidade, desde que respeite os direitos adquiridos

05

ANÁLISE AUTO DE INFRAÇÃO ANTT/CTB



Art. 29. O **Auto de Infração** conterá, no que couber, as seguintes informações:

I - identificação da pessoa física ou jurídica infratora;

II - relato circunstanciado da infração cometida;

III - dispositivo legal, regulamentar, de edital de licitação ou contratual infringido e a(s) penalidade(s) prevista(s);

V - prazo para apresentação de defesa;

VI - local, data e hora da identificação da irregularidade; e

VII - identificação do autuante.

Parágrafo único. Eventual omissão ou incorreção na capitulação legal, regulamentar, editalícia ou contratual, mencionada no inciso III, não invalida o Auto de Infração, desde que os fatos estejam relatados circunstanciadamente, descrevendo com clareza a conduta punível.

IDENTIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS E EXOS

IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

PLACA/UF FNV8C92/SP	QTDE EXOS 3	MARCA VOLVO	MODELO FH 540 6X4T	NOME [REDACTED]	CPF / CNPJ [REDACTED]
PLACA/UF MT04E81/ES	QTDE EXOS 2	MARCA SR	MODELO GUERRA AGCR	RODOVIA BR 040 SN KM 769	
PLACA/UF MT04E82/ES	QTDE EXOS 2	MARCA R	MODELO GUERRA AGDL	MUNICÍPIO JUIZ DE FORA	UF MG
PLACA/UF MT04E83/ES	QTDE EXOS 2	MARCA SR	MODELO GUERRA AGCR	CLASSIFICAÇÃO CONTRATANTE	

IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR

CONDUTOR ESTRANGEIRO NÃO	PAÍS DE ORIGEM DO CONDUTOR BRASIL	Notificamos Vossa Senhoria da instauração de Processo Administrativo Simplificado para apuração da infração discriminada. É assegurado ao infrator o direito de defesa, devendo exercitá-lo, querendo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento desta notificação, mediante petição por escrito e individualizada, dirigida à Agência Nacional de Transportes Terrestres (art. 83 da Res. ANTT nº 5.083/2016), de forma eletrônica ou física.			
NOME DO CONDUTOR [REDACTED]	CPF DO CONDUTOR [REDACTED]				

DOCUMENTAÇÃO OBRIGATORIA

EMISSOR DO DOCUMENTO [REDACTED]	TIPO DE DOCUMENTO DACTE				
CPF/CPF [REDACTED]					
NÚMERO DO DOCUMENTO 000026605	DATA DE EMISSÃO 10/03/2024				

DISTÂNCIA CALCULADA A PARTIR DA ORIGEM/DESTINO

ORIGEM JUIZ DE FORA, MG	DESTINO LAURO DE FREITAS, BA	DISTÂNCIA DE ORIGEM/DESTINO(KM) 1490,50
----------------------------	---------------------------------	--

CÁLCULO DO PISO MÍNIMO DE FRETE

FRETE DE RETORNO NÃO	TIPO DE CARGA NEOCRANEL	TIPO DE CONTRATAÇÃO CONTRATAÇÃO APENAS DE AUTOMOTOR DE ALTO DESEMPENHO	CCD 5,6114	CC 209,91
DISTÂNCIA DE IDA (KM) 1490,50	DISTÂNCIA DE RETORNO (KM)	PISO MÍNIMO DE FRETE (R\$) 8573,70	FRETE PAGO (R\$) 523,55	QUANTIDADE TOTAL DE EXOS 9

INFRAÇÃO

RESOLUÇÃO 5867/20	ARTIGO 9	INCISO I	ALÍNEA -	CÓDIGO 9010
----------------------	-------------	-------------	-------------	----------------

RESOLUÇÃO ANTT 5867/20 ART. 9. AS SITUAÇÕES ELENCADAS NESTE ARTIGO CONSTITUEM INFRAÇÕES A ESTA RESOLUÇÃO, DEVENDO SER APLICADAS AS MULTAS A SEGUIR ESPECIFICADAS: I - O CONTRATANTE QUE CONTRATAR O SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA ABAIXO DO PISO MÍNIMO ESTABELECIDO PELA ANTT: MULTA NO VALOR DE DUAS VEZES A DIFERENÇA ENTRE O VALOR PAGO E O PISO DEVIDO COM BASE NESTA RESOLUÇÃO, LIMITADA AO MÍNIMO DE R\$ 550,00 (QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS) E AO MÁXIMO DE R\$ 10.500,00 (DEZ MIL E QUINHENTOS REAIS);

NO MOMENTO DA FISCALIZAÇÃO, FOI VERIFICADO QUE O INFRATOR NEGOCIOU SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS ABAIXO DO PISO MÍNIMO ESTABELECIDO PELA ANTT.

LOCAL PPV - RODOVIA BR 393, KM 137,2	MUNICÍPIO SAPUCAIA	UF RJ
DATA DA INFRAÇÃO 10/03/2024	HORA DA INFRAÇÃO 14:24	MATRÍCULA DO AGENTE 1541994
	DATA DE EMISSÃO 16/08/2024	DATA DA EXPEDIÇÃO 19/08/2024

TIPO : PISO MÍNIMO DE FRETE

TESE: CARGA FRACIONADA
VALOR CALCULADO
ERRADO

1. MAIS DE 1 DACTE
2. CARGA FRACIONADA
3. MDF-e COM TODOS OS CT-e

TESE VALIDADA



NOTIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO CARGAS - PEF

Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO

CRGPF00014842024

IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO

PLACA
SJI2C42

UF
MG

RENAVAN
01370322140

IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

NOME

CLASSIFICAÇÃO
SUBCONTRATANTE

IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR

CONDUTOR
ESTRANGEIRO
NÃO

PAÍS DE ORIGEM DO CONDUTOR
BRASIL

ENDEREÇO

RODOVIA BR 040 S/N KM 769

NOME DO CONDUTOR

BARRO

BARREIRA DO TRIUNFO

CEP

36.092-901

CPF DO CONDUTOR

CNH

MUNICÍPIO

Juiz de Fora

UF

MG

DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA

CPF/CNPJ DO EMISSOR

TIPO DE DOCUMENTO
DANFE

NÚMERO DO DOCUMENTO

220

DATA DE EMISSÃO

25/01/2024

Notificamos Vossa Senhoria da instauração de Processo Administrativo Simplificado para apuração da infração discriminada. É assegurado ao infrator o direito de defesa, devendo exercitá-lo, querendo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento desta notificação, mediante petição por escrito e individualizada, dirigida à Agência Nacional de Transportes Terrestres (art. 83 da Res. ANTT nº 5.083/2016).

INFRAÇÃO

RESOLUÇÃO

5862/19

ARTIGO

19

INCISO

I

ALINEA

F

CÓDIGO

106

DESCRIÇÃO
O CONTRATANTE OU SUBCONTRATANTE DO SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS QUE DEIXAR DE CADASTRAR A OPERAÇÃO DE TRANSPORTE: MULTA DE R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS);

OBSERVAÇÕES DO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO
APÓS CONSULTA AO SISTEMA, FOI CONSTATADO QUE A OPERAÇÃO DE TRANSPORTE REALIZADA PELO ETC 055019133 CNPJ 46.503.664/0001-74, COM 03 VEÍCULOS AUTOMOTORES) NÃO FOI CADASTRADA COMO PREVISTO NA RESOLUÇÃO ANTT Nº 5862/19.

LOCAL

PPV - RODOVIA BR-116, KM 1,0

MUNICÍPIO

QUELUZ

UF

SP

DATA DA INFRAÇÃO

26/01/2024

HORA DA INFRAÇÃO

18:06

MATRICULA DO AGENTE

1672612

DATA DE EMISSÃO

15/05/2024


DATA DA EXPEDIÇÃO

17/05/2024

**TIPO: DEIXAR DE
INFORMAR
O CIOT**

**TESE: SUBCONTRATADO
NÃO EQUIPARADO**

**BUSCAR O REAL
TRANSPORTADOR
EXTRATO DO RNTRC + 3
VEÍCULOS
INDICAR NO MDF-e O CIOT**

 NOTIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO EXCESSO DE PESO				Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO EPSMA00831192023	
IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO				IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO	
UF	MUNICÍPIO	CÓDIGO	NOME		
ES	CARIACICA	05625	[REDACTED]		
RODOVIA BR 280, KM 11, S/N S/N COND VEGA DO SUL GALPAOC				BARRIO	
CEP				89.240-000	
MORRO GRANDE				MUNICÍPIO	
SAO FRANCISCO DO SUL				UF	
SC				CNPJ/CPF	
1525341				9BSR6X200K3958785	
DADOS DA INFRAÇÃO				<input checked="" type="checkbox"/> EMBARCADOR <input type="checkbox"/> PROPRIETARIO <input type="checkbox"/> TRANSPORTADOR	
KM	DATA	HORA	AMPARO LEGAL		
137,2	17/12/2023	10:33	683-12 Transitar com o veículo com excesso de peso - Por Eixo		
CÓDIGO	UF	PENALIDADE			
59072	RJ	Lei 9.503/97, Art. 231, Inciso V, Res. CONTRAN nº 882/21, art. 57			
DOCUMENTO DE EMBARQUE		DATA	AMPARO LEGAL		
TE - 047245		15/12/2023	Lei 9503/97 Lei 10233/01 Res. CONTRAN nº 882/21 e alterações Portaria SENATRAN 354/22 e 268/22 e alterações		
INSTRUMENTO / INSTRUMENTO UTILIZADO		VALIDADE	INSTRUMENTO / INSTRUMENTO UTILIZADO		
5006F PAT W5FBR025		26/10/2024	INSTRUMENTO / INSTRUMENTO UTILIZADO		
PESO AFERIDO (KG)	LIMITE PBT/PTC (KG)	EXCESSO PBT/PTC (KG)	NOTIFICAMOS Vossa Senhoria da instauração de processo para apuração da infração indicada. Conforme estabelecido no art. 4º da Resolução CONTRAN nº 918, de 28 de março de 2022, é facultada a apresentação de Defesa da Autuação até a data limite indicada nesta notificação, e nas condições apresentadas no verso. Em caso do não acolhimento da Defesa da Autuação ou de seu não exercício no prazo previsto, a autoridade de trânsito competente aplicará a penalidade. Nessa hipótese, o interessado (a) será notificado (a) para, querendo, interpor recurso perante aquela autoridade que o encaminhará à Junta Administrativa de Recursos de Infração - JARI.		
01	6.050	6.750	0		
02	16.980	19.125	0		
03	11.360	11.250	140		
04	9.520	11.250	0		
05	9.580	11.250	0		
06	0	0	0		
07	0	0	0		
08	0	0	0		
09	0	0	0		
10	0	0	0		
11	0	0	0		
12	0	0	0		
13	0	0	0		
14	0	0	0		
15	0	0	0		
16	0	0	0		
17	0	0	0		
18	0	0	0		
19	0	0	0		
20	0	0	0		
21	0	0	0		
22	0	0	0		
23	0	0	0		
24	0	0	0		
25	0	0	0		
26	0	0	0		
27	0	0	0		
28	0	0	0		
29	0	0	0		
30	0	0	0		
31	0	0	0		
32	0	0	0		
33	0	0	0		
34	0	0	0		
35	0	0	0		
36	0	0	0		
37	0	0	0		
38	0	0	0		
39	0	0	0		
40	0	0	0		
41	0	0	0		
42	0	0	0		
43	0	0	0		
44	0	0	0		
45	0	0	0		
46	0	0	0		
47	0	0	0		
48	0	0	0		
49	0	0	0		
50	0	0	0		
51	0	0	0		
52	0	0	0		
53	0	0	0		
54	0	0	0		
55	0	0	0		
56	0	0	0		
57	0	0	0		
58	0	0	0		
59	0	0	0		
60	0	0	0		
61	0	0	0		
62	0	0	0		
63	0	0	0		
64	0	0	0		
65	0	0	0		
66	0	0	0		
67	0	0	0		
68	0	0	0		
69	0	0	0		
70	0	0	0		
71	0	0	0		
72	0	0	0		
73	0	0	0		
74	0	0	0		
75	0	0	0		
76	0	0	0		
77	0	0	0		
78	0	0	0		
79	0	0	0		
80	0	0	0		
81	0	0	0		
82	0	0	0		
83	0	0	0		
84	0	0	0		
85	0	0	0		
86	0	0	0		
87	0	0	0		
88	0	0	0		
89	0	0	0		
90	0	0	0		
91	0	0	0		
92	0	0	0		
93	0	0	0		
94	0	0	0		
95	0	0	0		
96	0	0	0		
97	0	0	0		
98	0	0	0		
99	0	0	0		
100	0	0	0		
101	0	0	0		
102	0	0	0		
103	0	0	0		
104	0	0	0		
105	0	0	0		
106	0	0	0		
107	0	0	0		
108	0	0	0		
109	0	0	0		
110	0	0	0		
111	0	0	0		
112	0	0	0		
113	0	0	0		
114	0	0	0		
115	0	0	0		
116	0	0	0		
117	0	0	0		
118	0	0	0		
119	0	0	0		
120	0	0	0		
121	0	0	0		
122	0	0	0		
123	0	0	0		
124	0	0	0		
125	0	0	0		
126	0	0	0		
127	0	0	0		
128	0	0	0		
129	0	0	0		
130	0	0	0		
131	0	0	0		
132	0	0	0		
133	0	0	0		
134	0	0	0		
135	0	0	0		
136	0	0	0		
137	0	0	0		
138	0	0	0		
139	0	0	0		
140	0	0	0		
141	0	0	0		
142	0	0	0		
143	0	0	0		
144	0	0	0		
145	0	0	0		
146	0	0	0		
147	0	0	0		
148	0	0	0		
149	0	0	0		
150	0	0	0		
151	0	0	0		
152	0	0	0		
153	0	0	0		
154	0	0	0		
155	0	0	0		
156	0	0	0		
157	0	0	0		
158	0	0	0		
159	0	0	0		
160	0	0	0		
161	0	0	0		
162	0	0	0		
163	0	0	0		
164	0	0	0		
165	0	0	0		
166	0	0	0		
167	0	0	0		
168	0	0	0		
169	0	0	0		
170	0	0	0		
171	0	0	0		
172	0	0	0		
173	0	0	0		
174	0	0	0		
175	0	0	0		
176	0	0	0		
177	0	0	0		
178	0	0	0		
179	0	0	0		
180	0	0	0		
181	0	0	0		
182	0	0	0		
183	0	0	0		
184	0	0	0		
185	0	0	0		
186	0	0	0		
187	0	0	0		
188	0	0	0		
189	0	0	0		
190	0	0	0		
191	0	0	0		
192	0	0	0		
193	0	0	0		
194	0	0	0		
195	0	0	0		
196	0	0	0		
197	0	0	0		
198	0	0	0		
199	0	0	0		
200	0	0	0		
201	0	0	0		
202	0	0	0		
203	0	0	0		
204	0	0	0		
205	0	0	0		
206	0	0	0		
207	0	0	0		
208	0	0	0		
209	0	0	0		
210	0	0	0		
211	0	0	0		
212	0	0	0		
213	0	0	0		
214	0	0	0		
215	0	0	0		
216	0	0	0		
217	0	0	0		
218	0	0	0		
219	0	0	0		
220	0	0	0		
221	0	0	0		
222	0	0	0		
223	0	0	0		
224	0	0	0		
225	0	0	0		
226	0	0	0		
227	0	0	0		
228	0	0	0		
229	0	0	0		
230	0	0	0		
231	0	0	0		
232	0	0	0		
233	0	0	0		
234	0	0	0		
235	0	0	0		
236	0	0	0		
237	0	0	0		
238	0	0	0		
239	0	0	0		
240	0	0	0		
241	0	0	0		
242	0	0	0		
243	0	0	0		
244	0	0	0		
245	0	0	0		
246	0	0	0		
247	0	0	0		
248	0				



1ª NOTIFICAÇÃO DA PENALIDADE - EXCESSO DE PESO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO

PLACA QRM9H00	UF ES	MUNICÍPIO CARIACICA	CÓDIGO 5625
MARCA SCANIA	MODELO R450 A6X2	ESPÉCIE TRACAO	CATEGORIA
CHASSI 9BSR6X200K3958785	RENAVAM 01221525341	TARA DECLARADA	

DADOS DA INFRAÇÃO

CÓDIGO 683-12	RODOVIA BR 393	KM 137,2	DATA 17/12/2023	HORA 10:33
------------------	-------------------	-------------	--------------------	---------------

DESCRIÇÃO
Transitar com o veículo com excesso de peso - Por Eixo

MUNICÍPIO SAPUCAIA	CÓDIGO 59072	UF RJ
-----------------------	-----------------	----------

LIMITE PBT/PBTC	PBT/PBTC AFERIDO	EXCESSO PBT/PBTC	LIMITE EIXO	EIXO AFERIDO	EXCESSO EIXO
55.650	53.520	0	59.625	53.520	140

ESPÉCIE DA CARGA ESTAMPARIA	VALOR BASE DA MULTA(R\$)
	130,16

EQUIPAMENTO/INSTRUMENTO UTILIZADO WES500F PAT W5FBR025	VALOR EXCESSO PBT/PBTC(R\$)
	0

AMPARO LEGAL Lei 9503/97 Lei 10233/01 Res. CONTRAN nº 882/21 e alterações Portaria SENATRAN 354/22 e 268/22 e alterações	PENALIDADE Lei 9.503/97, Art. 231, Inciso V, Res. CONTRAN nº 882/21, art. 57	VALOR EXCESSO EIXO(R\$)
		5,32
		VALOR TOTAL DA MULTA(R\$)
		135,48

DATA DE EMISSÃO 15/10/2024	DATA DE EXPEDIÇÃO 17/10/2024	DATA VENCIMENTO 02/12/2024	PAGAMENTO ATÉ A DATA DE VENCIMENTO	VALOR COM DESCONTO(R\$)
				108,38

TIPO – EXCESSO DE PESO

TESE: NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE + 180 DIAS, ARTIGO 282 CTB

§ 6º O **prazo para expedição das notificações das penalidades** previstas no art. 256 é de **180 dias** ou, se houver interposição de defesa prévia, de **360 dias**, contado:

I - no caso das penalidades previstas nos incisos I e II do caput do art. 256, **da data do cometimento da infração;**

II - no caso das demais penalidades previstas no art. 256, da conclusão do processo administrativo da penalidade que lhe der causa.



06

SISTEMAS DE CONSULTA



Ministério dos
Transportes

Órgãos do Governo

Acesso à Informação

Legislação

Acessibilidade

PT ▾



Entrar com gov.br

≡ Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

O que você procura?



Serviços recomendados para você ▾



Serviços mais acessados do govbr ▾



Serviços em destaque do govbr ▾



<https://www.gov.br/antt/pt-br>

Consulte suas multas - ANTT

DIGITE NO CAMPO ABAIXO O SEU AUTO DE INFRAÇÃO

Consulta de Auto de Infração

Digite o Auto de Infração

Consultar

Área do Autuado

Informamos que o acesso aos processos eletrônicos já está disponível para vistas, mediante simples cadastramento do CPF do REPRESENTANTE legal nesta área, com a juntada de documentos que comprovem a legitimidade junto à pessoa REPRESENTADA, quais sejam, o contrato social, procuração e/ou documento pessoal, em caso de pessoa jurídica e documento de identificação pessoal, em caso de pessoa física. O requerimento será analisado pela GEAUT – Gerência de Processamento de Autos de Infração e Apoio à JARI, que poderá aprovar ou reprovar a solicitação caso a documentação apresentada não seja adequada para comprovação da representação.


Crie sua conta

CPF / CNPJ

E-mail

Senha ?

Confirmar Senha

 Cadastrar

Login

CPF / CNPJ

Senha

☐

Não sou um robô



reCAPTCHA
Privacidade - Termos

 Entrar

[Esqueceu sua senha?](#)

"Prezado Senhor(a),

Tendo como finalidade garantir a segurança dos acessos realizados pelos usuários, a ANTT alterou a forma de acesso ao sistema. Assim, faz-se necessário que seja realizado recadastramento nesta página, com cadastro do e-mail do usuário e configuração de nova senha. Em breve, estaremos criando a área do autuado, onde diversas funcionalidades estarão disponíveis de forma online, de modo que o usuário possa ter suas demandas atendidas em tempo real."



**AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES**

SIFAMA - ÁREA DO AUTUADO

Domingo, 7 de Março de 2021 - 13:55:46

Boletos

Parcelamento


Acessos

Processos Administrativos

Bem-vindo(a) GILDETE GOMES DE MENEZES [Sair](#)

<https://appweb1.antt.gov.br/spmi/Site/Default.aspx>

Gerar 2ª via do boleto

**AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES**

SIFAMA - ÁREA DO AUTUADO
Domingo, 7 de Março de 2021 - 13:57:25

Boletos | Parcelamento | Acessos | Processos Administrativos

Bem-vindo(a) GILDETE GOMES DE MENEZES [Sair](#)

Segunda Via de Boletos

Informações do Usuário Logado
Nome / Razão Social: GILDETE GOMES DE MENEZES
CPF/CNPJ: 114.384.438-62

Tipo da Multa:
Número do Auto:

Selecione

Selecione

Excesso de Peso

Pagamento Eletrônico de Frete (PEF)

Parcelamento ANTT

Parcelamento PRD (Inscritos)

Parcelamento PRD (Não Inscritos)

Piso Mínimo de Frete

RNTRC

SAC TRIP (Fiscalização de SAC no transporte de passageiros)

Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos (TRPP)

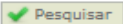
Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos Internacional (TRPP)

Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros

Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC)

Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros

Vale Pedágio



Solicitar Parcelamento



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

SIFAMA - ÁREA DO AUTUADO

Domingo, 7 de Março de 2021 - 13:59:23

Bem - vindo(a) GILDETE GOMES DE MENEZES

Boletos

Parcelamento

Acessos

Processos Administrativos

Sair

Parcelamento ANTT

Cancelar Parcelamento

Solicitar Parcelamento

Encaminhar Documento

Solicitar Parcelamento

Termo de Ciência das Condições Necessárias para Solicitar Parcelamento junto à ANTT

Faça o download e leia atentamente o arquivo abaixo, que dispõe sobre o parcelamento de débitos não inscritos em Dívida Ativa, resultante de infrações à legislação setorial e regras contratuais da ANTT. Ao clicar em "ESTOU CIENTE", você estará ciente de todos os termos e condições dispostas.

RESOLUÇÃO ANTT Nº 5.830/2018, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.



Não será possível realizar o parcelamento de Excesso de Peso conforme descrito no art. 1º, §2º da Resolução ANTT 5.830/2018.

ESTOU CIENTE

Solicitar Parcelamento



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

SIFAMA - ÁREA DO AUTUADO

Quarta-feira, 31 de Março de 2021 - 10:29:58

Bem - vindo(a) GILDETE GOMES DE MENEZES

[Boletos](#)

[Parcelamento](#)

[Acessos](#)

[Processos Administrativos](#)

[Sair](#)

Prezado Interessado,

Informamos que o parcelamento deverá ser feito para cada tipo de débito.

CPF / CNPJ:

114.384.438-62

Nome / Razão Social:


GILDETE GOMES DE MENEZES

Tipo de Débito

Espécie de Débito	Simular	Escolhido
Nenhum registro encontrado.		

Requerer Parcelamento

Solicitar Acesso

 **ANTT** AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SIFAMA - ÁREA DO AUTUADO
Domingo, 7 de Março de 2021 - 14:00:00
Bem - vindo(a) GILDETE GOMES DE MENEZES

BoletosParcelamentoAcessoProcessos Administrativos

Sair

Solicitar acesso

Acompanhar

Solicitar acesso para representante legal

Solicitar Representado

CPF/CNPJ:

×

Pesquisar

Representado:

Solicitar Acesso

**Para comprovação da legitimidade da representação se faz necessário a juntada de documentos como: (contrato social ou última alteração contratual, procuração, documento pessoal do sócio administrador (em caso de procuração particular), etc).*

Inserir documento:


Escolher arquivo

Nenhum arquivo selecionado

Anexar

Observações:

Consultar Decisões

**AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES**

SIFAMA - ÁREA DO AUTUADO
Domingo, 7 de Março de 2021 - 14:01:35

BoletosParcelamentoAcessos**Processos Administrativos**

Bem-vindo(a) GILDETE GOMES DE MENEZES [Sair](#)


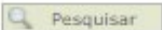
Consultar Decisões
Solicitar Vistas ao
Relatório de Multa

Consultar Decisões


Consultar Decisão de Análise de Defesa/Recurso

Informações do Usuário Logado
Nome / Razão Social: GILDETE GOMES DE MENEZES
CPF/CNPJ: 114.384.438-62

Nº do Processo:
Auto de Infração:
Tipo de Fiscalização: --Selecione--
Subtipo de Fiscalização:

Relatório de Multas

**ANTT** AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

SIFAMA - ÁREA DO AUTUADO
Domingo, 7 de Março de 2021 - 14:01:12
Bem - vindo(a) GILDETE GOMES DE MENEZES

BoletosParcelamentoAcessos**Processos Administrativos**

Consultar Decisões
Solicitar Vistas ao Processo
Relatório de Multas

Sair

Consultar Multas

Relatório de Multas

Representado: *
Placa:
Tipo de Fiscalização: *
Listar Cancelados por Defesa/Recurso: ☐

Selezione

LimparGerar

SIFAMA/ANTT

O andamento da solicitação pode ser acompanhando no menu **acesso** e após a aprovação da solicitação o representante poderá acessar as seguintes funcionalidades:

Na aba **“Boletos”** é possível emitir guias atualizadas para o pagamento de multas que estejam em fase administrativa de cobrança, ou seja, que ainda não estejam inscritos em Dívida Ativa.

Na aba **“Parcelamentos”** é possível cancelar, solicitar e encaminhar os documentos necessários para efetuar parcelamento de débitos não inscritos em Dívida Ativa, resultante de infrações à legislação setorial, nos termos da Resolução ANTT nº 5.830/2018.

Na aba **“Processos Administrativos”** é possível consultar decisões emitidas nos autos dos processos eletrônicos via de regra, os processos eletrônicos são aqueles em que a numeração se inicia com uma sequência de 5 letras (PASLD, CRGRN, CRGPF, CRGVP).

Na opção **“Solicitar Vistas ao Processo”** está disponível a consulta à íntegra dos processos eletrônicos, onde podem ser acessados todos os documentos constantes no processo.

Na opção **“Relatório de Multas”** pode ser emitida a relação completa de todos os autos de infração, eletrônicos e físicos, que tenham sido lavrados contra a pessoa representada.

SISTEMA RADAR

MULTAS FREE FLOW

(EVASAO DE PEDAGIO RIO-SANTOS)

RADAR))

**PROTOCOLO
DEFESAS E RECURSOS**

CLIQUE AQUI

SISTEMA RADAR



CONSULTA DE VEÍCULO

A consulta de veículo exibirá as infrações exigíveis, com a opção de gerar 2ª via de NA e NP, além de informações sobre defesa prévia e recursos. Digite a PLACA, o RENAVAM (procure-o no documento do veículo) e os CARACTERES informados na imagem.

PLACA

RENAVAM



Sou humano



hCaptcha

[Privacidade](#) - [Termos e Condições](#)

PESQUISAR

LIMPAR

A Declaração de Conformidade do Serpro está fundamentada nas leis de proteção de dados vigentes no país, além da nossa Política Corporativa de Segurança da Informação. Para entender mais, acesse os [Termos Gerais de Uso e Declaração de Privacidade e Proteção de Dados](#).

Caso haja dúvidas sobre ser ou não Titular ou sobre quem é o Controlador ou o Operador de seus dados, consulte o [Glossário](#).

SISTEMA RADAR



Radar

Serpro



> Pesquisar Infrações

Pesquisar Infrações

Filtros ^

Placa^{*}

Insira n° da placa

RENAVAM^{*}

Insira o n° do RENAVAM



Cadastro de Usuário Externo

Dados Cadastrais

Nome do Representante:

☐ Estrangeiro

CPF:

RG:

Órgão Expedidor:

Telefone Fixo:

Telefone Celular:

Endereço Residencial:

Complemento:

Bairro:

País:

Estado:

Cidade:

CEP:

Dados de Autenticação

E-mail pessoal:

Senha (no mínimo 8 caracteres com letras e números):

Confirmar Senha:



Digite o código da imagem ao lado

Enviar

Voltar

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

Termo de Declaração de Concordância e Veracidade

(Cadastro de Usuários Externos no SEI da ANTT)

Nome Completo do Usuário:			
Documento de Identidade:		CPF:	
E-mail de Login no SEI-ANTT		Telefone:	
Endereço de Domicílio		Bairro:	
Estado:		Cidade:	CEP:

A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI da ANTT e a entrega deste documento importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto 8.539, de 08 outubro de 2015, e demais regulamentações aplicáveis ao processo eletrônico da ANTT, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

Declaro, assim, que os dados acima, inclusive o endereço informado, referente ao meu domicílio, são verdadeiros, e que são de minha exclusiva responsabilidade:

I - o sigilo da senha de acesso, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;

II - a conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de peticionamento e aqueles contidos no documento protocolizado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e anexação dos documentos, principais e/ou acessórios;

III - a confecção da petição e dos documentos digitais em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente;

IV - a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados enviados por meio de peticionamento eletrônico até que decaia o direito da Administração de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados à ANTT para qualquer tipo de conferência;

V - a verificação, por meio do recibo eletrônico de protocolo, do recebimento das petições e dos documentos transmitidos eletronicamente;

https://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES



Acesso para Usuários Externos

E-mail:

Senha:

[Clique aqui se você ainda não está cadastrado](#)

Controle de Acessos Externos

Alterar Senha

Peticionamento

Recibos Eletrônicos de Protocolo

Intimações Eletrônicas

Pesquisa Pública

Peticionamento de Processo Novo

Orientações Gerais

ATENÇÃO!

Para peticionar no SEI ANTT, verifique se o requerimento deverá constituir novo processo ou fazer parte de um processo eletrônico existente. Novos processos deverão ser peticionados nesta tela. Requerimentos relacionados a processos peticionados ou criados no SEI ANTT podem ser protocolados por meio de Peticionamento Intercorrente (acesse no menu ao lado em "Peticionamento").

Todos os processos da ANTT criados a partir de 12 de março de 2019, estão disponíveis no SEI e podem ser passíveis de peticionamento intercorrente. Para peticionar em processos anteriores, sejam eletrônicos ou físicos, utilize "Processo Novo" e insira no campo "Especificação" o número do processo de referência.

Seguem abaixo alguns exemplos de petições e a respectiva forma de peticionar:

Processos sancionadores (multas)	NOVO PROCESSO
Pedido de Mercados - Transporte de Passageiros	NOVO PROCESSO
Impugnação de Pedido de Mercados	INTERCORRENTE
Projeto referente a rodovia/ferrovia	NOVO PROCESSO
Documentação complementar de processo eletrônico no SEI ANTT	INTERCORRENTE
Novo requerimento de assuntos diversos	NOVO PROCESSO

*Arquivos acima de 80mb não devem ser protocolados em peticionamento intercorrente. Nesses casos, faça Peticionamento Novo referenciando o número do processo no campo Especificação.

*Em caso de petições pertinentes a processos sancionadores (multas), o usuário deverá selecionar o tipo de peticionamento "Processo Novo".

*Sempre que receber mensagem de erro no Peticionamento Intercorrente, o usuário deverá realizar peticionamento do tipo "Novo", referenciando o número do processo no campo Especificação.

Tipo do Processo:

Escolha o Tipo do Processo que deseja iniciar:

Demanda Externa (Petitionamento SEI)(COMUNICAÇÕES DE ÓRGÃOS E DEMAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS)

Demanda Externa (Petitionamento SEI)(CONCESSÕES FERROVIÁRIAS - DEFESA/RECURSO)

Demanda Externa (Petitionamento SEI)(CONCESSÕES FERROVIÁRIAS)

Demanda Externa (Petitionamento SEI)(CONCESSÕES RODOVIÁRIAS)

Demanda Externa (Petitionamento SEI)(DENÚNCIA)

Demanda Externa (Petitionamento SEI)(Faturas/Notas Fiscais)

Demanda Externa (Petitionamento SEI)(MULTAS - TERMO DE RENÚNCIA DE RECURSO)

Demanda Externa (Petitionamento SEI)(Outros assuntos)

Demanda Externa (Petitionamento SEI)(PASSAGEIROS - ALTERAÇÃO DE ESQUEMA OPERACIONAL)

Demanda Externa (Petitionamento SEI)(PASSAGEIROS - PEDIDO DE MERCADOS - DESISTÊNCIA)

Demanda Externa (Petitionamento SEI)(PASSAGEIROS - PEDIDO DE MERCADOS - IMPUGNAÇÃO)

Demanda Externa (Petitionamento SEI)(PASSAGEIROS - PEDIDO DE MERCADOS)

Demanda Externa (Petitionamento SEI)(PASSAGEIROS - QUADRO DE HORÁRIOS)

Demanda Externa (Petitionamento SEI)(PASSAGEIROS)

Demanda Externa (Petitionamento SEI)(PEDIDO DE CÓPIAS DE PROCESSO)

Demanda Externa (Petitionamento SEI)(TRIC)

Demanda Externa (Petitionamento SEI): Cidadão (Pessoa Física)

Petitionamento SEI (Defesa/Recurso de Notificação de Autuação)

Controle de Acessos Externos

Alterar Senha

Peticionamento

Recibos Eletrônicos de Protocolo

Intimações Eletrônicas

Pesquisa Pública

Controle de Acessos Externos

Processo Novo

Intercorrente

Lista de Acessos Externos (47 registros)

Processo	Documento	Tipo	Liberação	Validade	Ações
50500.132189/2020-98			17/12/2020	27/12/2020	
50500.132189/2020-98			10/12/2020	16/11/2120	
50500.115104/2020-15			07/11/2020	14/10/2120	
50500.115103/2020-62			07/11/2020	14/10/2120	
50500.115102/2020-18			07/11/2020	14/10/2120	
50500.115101/2020-73			07/11/2020	14/10/2120	
50500.115100/2020-29			07/11/2020	14/10/2120	
50500.115099/2020-32			07/11/2020	14/10/2120	
50500.115098/2020-98			07/11/2020	14/10/2120	
50500.115097/2020-43			07/11/2020	14/10/2120	
50500.115096/2020-07			07/11/2020	14/10/2120	
50500.115094/2020-18			07/11/2020	14/10/2120	
50500.115093/2020-65			07/11/2020	14/10/2120	
50500.115092/2020-11			07/11/2020	14/10/2120	
50500.115091/2020-76			07/11/2020	14/10/2120	
50500.115090/2020-21			07/11/2020	14/10/2120	
50500.060954/2020-61			23/06/2020	30/05/2120	
50500.051365/2020-91			27/05/2020	03/05/2120	
50500.045127/2020-47			05/05/2020	11/04/2120	

Acesso Externo com Disponibilização Parcial de Documentos

Peticionamento Intercorrente

Gerar PDF

Gerar ZIP

Autuação

Processo:	50500.132189/2020-98
Tipo:	Demanda Externa (Peticionamento SEI)(Outros assuntos)
Data de Geração:	10/12/2020
Interessados:	ASSOCIACAO NACIONAL DO TRANSPORTE DE CARGAS E LOGISTICA

Lista de Protocolos (5 registros):

<input checked="" type="checkbox"/>	Processo / Documento	Tipo	Data	Unidade	Ações
<input type="checkbox"/>	4727465	Requerimento Ofício NTC	10/12/2020	CEDOC.WEB	
<input type="checkbox"/>	4727466	Recibo Eletrônico de Protocolo	10/12/2020	CEDOC.WEB	
	4735218	DESPACHO	11/12/2020	SUROC	
	4975125	ANTT - OFÍCIO 969	15/01/2021	CIMTC	
	5452287	E-mail	25/02/2021	CIMTC	

Lista de Andamentos (18 registros):

Data/Hora	Unidade	Descrição
25/02/2021 15:50	CIMTC	Conclusão do processo na unidade
25/02/2021 15:49	CIMTC	Envio de correspondência eletrônica 5452287 (E-mail)
17/12/2020 12:36	SUROC	Conclusão do processo na unidade
17/12/2020 12:13	SUROC	Disponibilizado acesso externo para Gildete Gomes de Menezes (gmenezes3010@gmail.com) até 27/12/2020 (10 dias). Para disponibilização de documentos. Solicitação de acesso ao despacho 4735218 encaminhada pela interessada ao e-mail institucional geret@antt.gov.br, que encaminhou pleito à conta suroc@antt.gov.br, em 17/12/2020
17/12/2020 12:10	SUROC	Reabertura do processo na unidade
16/12/2020 14:20	CIMTC	Processo recebido na unidade

INSCRIÇÃO NO SERASA, CADIN OU DÍVIDA ATIVA

- Débitos de multas processadas vencidas há mais de 60 dias, resulta na inscrição no CADIN, SERASA e Dívida Ativa da União.
- Para solicitar a retirada dos cadastros a ANTT indica o contato pelo telefone **166** ou e-mail: ouvidoria@antt.gov.br, informando os dados da pessoa ou empresa.
- As baixas são realizadas automaticamente e pode levar até 05 dias úteis após a confirmação do pagamento.
- Autos de Infração inscritos em Dívida Ativa Execução Fiscal, requerimento de boleto, solicitação de análise prescricional, parcelamento de autos, bem como informações sobre CDA/Inscrição em Dívida Ativa/Execução Fiscal devem ser feitos junto a Procuradoria Seccional Federal da sua região (órgão da AGU), ou através do e-mail dividaativa.pfantt@antt.gov.br.

PARCELAMENTO DE DÉBITOS NÃO INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Trata-se de parcelamento administrativo dos débitos não inscritos em Dívida Ativa, de multas da ANTT, em até 60 prestações mensais e sucessivas, nos termos da Res. nº 5.830/18.

Pessoa Físicas:

Requerimento de parcelamento devidamente assinado;
Cópia do documento de identidade e do CPF;
Pagamento da Primeira Prestação.

Pessoa Físicas e Jurídica:

Requerimento de parcelamento devidamente assinado;
Cópia do contrato social, estatuto ou ata e eventuais alterações que identifiquem os atuais representantes legais do requerente;
Pagamento da Primeira Prestação.

Somente produzem efeitos os pedidos de parcelamento acompanhados de toda a documentação exigida e mediante o pagamento da primeira prestação.

DDA – DÉBITO DIRETO AUTORIZADO

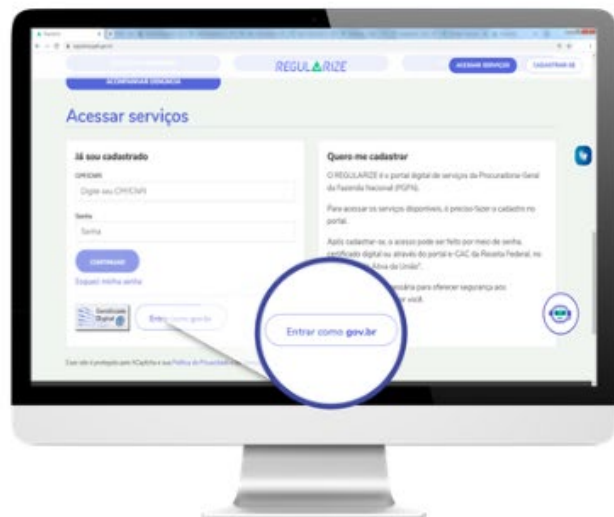
O DDA (Débito Direto Autorizado) é uma facilidade do sistema bancário e funciona como um boleto para pagamento.

Desconsiderar e se ater aos débitos constantes **na Relação de Multas** e realizar o pagamento destes pelos boletos disponíveis no site desta Agência.

Sugerimos o pagamento apenas dos débitos constantes na Relação de Multas e no site da Agência, evitando assim algum pagamento indevido.

Eventual pagamento em duplicidade ocorrido em virtude do DDA ensejam a restituição do valor pago a maior do que o devido ou em duplicidade, conforme orientações constantes no site: <https://portal.antt.gov.br/multas-e-servicos>

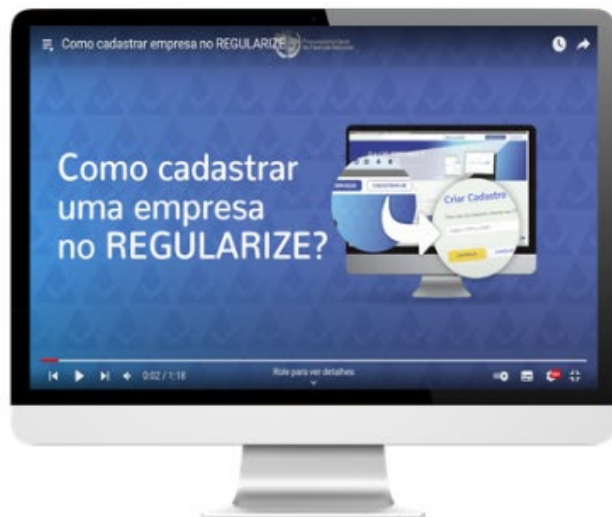
O REGULARIZE é o portal de serviços da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.



Acesso por pessoa física

Se você é pessoa física, o cadastro do REGULARIZE é opcional.

Você consegue acessar o REGULARIZE diretamente através da conta gov.br
(o login único do Governo).



Acesso por pessoa jurídica

Se você é pessoa jurídica, o cadastro do REGULARIZE é obrigatório.

Atenção! O microempreendedor individual (MEI) deverá acessar o portal
com o CNPJ e não com o CPF.



Sistema AGU de Inteligência Jurídica

BASE DE PRODUÇÃO

versão 1.3.6 release 06

O que é o SAPIENS?

O SAPIENS é um gerenciador eletrônico de documentos (GED), híbrido, que possui avançados recursos de apoio à produção de conteúdo jurídico e de controle de fluxos administrativos, focado na integração com os sistemas informatizados do Poder Judiciário e do Poder Executivo.

ACESSO AO MÓDULO DE ATENDIMENTO AO DEVEDOR

Clique no botão abaixo para logar com certificado digital. Para acessar o módulo de atendimento eletrônico do devedor, é necessário possuir um certificado digital.



<https://sapiens.agu.gov.br/login>

1ª	Amapá, Amazonas, Acre, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins	E-mail: ecojud1.atendimento@agu.gov.br
2ª	Rio de Janeiro e Espírito Santo	E-mail: pgf.dcjud2@agu.gov.br Formulário eletrônico: https://bit.ly/atendimentoAGU
3ª	São Paulo e Mato Grosso do Sul	E-mail: prf3.cidada@agu.gov.br
4ª	Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul	Formulário eletrônico: https://requisicao.agu.gov.br/requisicao
5ª	Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe	E-mail: pgf.dcjud5@agu.gov.br
6ª	Minas Gerais	E-mail: pgf.dcjud6@agu.gov.br

Órgãos da Advocacia-Geral da União .

QUITAÇÃO À VISTA ou outras informações enviar e-mail ou acessar o link, de acordo com a região a ser atendida

- ❑ **Mantenha seus dados atualizados no RNTRC** - Essa rotina poderá evitar notificação da ETC baseadas em veículos que não pertencem à sua frota.
- ❑ **Revise periodicamente a emissão dos Documentos Fiscais Digitais (CT-e / MDF-e)** - Alguns campos de preenchimento e validação podem “deixar” de ser preenchidos, gerando informações contraditórias para ANTT podendo incorrer em novas infrações.
- ❑ **Faça o seu cadastro no SEI/ANTT (só pessoa física)** - Esse cadastro é necessário para apresentação de **defesa/recurso**, evitando gastos com locomoção até um Posto da ANTT.
- ❑ **Faça cadastro da sua ETC no Sistema de Multas da ANTT** - Esse cadastro é essencial para ETC criar todas as rotinas de controle de multas recebidas.
- ❑ **Cria uma rotina de acesso ao SIFAMA para gerar Relatório de Multas** - Isso fará com que sua empresa se antecipe aos fatos com a juntada de documentos para instrução do processo administrativo.
- ❑ **Faça uma análise Formal do Auto de Infração** - Isso pode ser útil para apresentação de Defesa/Recurso



OBIGADA!

juridico@ntc.org.br

